

# Tá legal?

## Tudo em ordem?

### Tudo sob controle?...

**S**em conseguir documentos, os “papéis”, no exterior, sem carteira de trabalho ou sem atividade legalizada no seu próprio país, um número cada vez maior de migrantes clandestinos circula em esferas invisíveis e ocultas vagamundeando na sombra da civilização moderna. Civilização esta que cria progressivamente no seu cotidiano barbárie e violência, precariedade e privação, cinismo e desespero, levando à desintegração social e à necessidade da sua superação.

A máquina destruidora da modernização impõe-se sob uma forma retardatária porém brutal, nos “países do futuro” onde, todavia, o futuro já chegou, pois é aquilo mesmo que temos frente aos nossos olhos! Ela automatiza, racionaliza e libera grandes volumes de trabalhadores, criando dentro da sua lógica um mundo às escondidas, ilegal, indocumentado e informal. Nele encontramos o migrante clandestino: um “outro”, sem direito e justiça, procurando pequenas vantagens “fora-da-lei” e, muitas vezes, sujeitado a formas contemporâneas e adaptadas de “escravidão”.

Mas cuidado! Não é tanto o caso de idealizar justiça e direito. O mundo da civilização moderna, do Estado e da sociedade civil distanciou o direito da moral, isto é, afastou o direito dos costumes, hábitos, da gratidão e das regras de conduta, tradicionais fundamentos do convívio entre as pessoas. Diferentemente das sociedades pré-modernas, o mundo moderno ligou o direito à política, ao aparato estatal. Direito e lei são impostos de cima para baixo. Têm a função de manter ordem e controle, isto é, de garantir e regular os domínios que resultam de uma relação social, filha legítima da “militarização” do mercado, do dinheiro, da concorrência e da competição. Naturalizando o social, Thomas Hobbes chamou esta condição de “guerra de todos contra todos”.

O mundo da mercadoria não sobrevive sem a legislação do Estado e, apesar dos discursos neoliberais dos nossos dias, não há como ser liberal sem a existência do Estado. A história da modernização é a história da ampliação enorme da esfera jurídica estatal e da normatização total da nossa vida (“Consulte sempre um advogado”, ensinam os adesivos).

É fácil constatar as consequências da “guerra” e da crise estrutural do nosso sistema social, produtor de mercadorias. Miséria, desemprego, violência, fome, depressões psíquicas e a desordem de um vale-tudo econômico, social e cultural são cada vez mais motor da insegurança e também dos deslocamentos de pessoas.

A modernidade está esgotando no mundo todo a sua missão civilizadora. Países periféricos ou semi-periféricos do mercado mundial, “países do futuro” como o Brasil, deixam de ser atrasados, ao contrário, fazem parte da vanguarda deste colapso: a expansão da criminalidade na política e na vida cotidiana, idosos e crianças maltratados, mendigos e moradores de rua, máfias das drogas, trecheiros pauperizados e migrantes clandestinos são apenas algumas partes de um só conjunto social e apontam para um estado de decomposição cultural.

Neste quadro, o direito e as leis, enquanto atendidos, reproduzem a “injustiça” social. Contudo, o fato de serem tendencialmente minados, nestes tempos de fracasso da política e da economia, leva ainda mais à necessidade de um pensar crítico e radicalmente novo sobre nossa vida social.

Cumprir não perder a esperança de uma transformação. É preciso ficar atentos às formas embrionárias que poderão levar à reestruturação social, econômica e cultural. O migrante, ser histórico da travessia, traz em si um grande potencial que pode contribuir para a construção do novo.

Se este novo pretende realizar o sonho da emancipação, não deve se limitar exclusivamente ao questionamento do legal e ilegal, do formal e informal, do “fichado” e “escravo”, do aberto e clandestino, nem do direito romano, nem da “lei de Gerson”, mas deve suprimir e superar a razão histórica e as luzes embaçadas do mercado, do dinheiro e do Estado.

*Heins Dieter Heidemann*